

II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa



Vencedores do concurso
50 Anos depois: que União queremos?

Letícia Balanço

Escola Secundária Antero de Quental, Ponta Delgada

Mariana Cruz e Rita Oliveira

Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo

Mariana Pereira

Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo, Leiria

Rómulo Alves

Escola Secundária Sá da Bandeira, Santarém

Os Açores na Europa

Letícia Balanço

Escola Secundária Antero de Quental, Ponta Delgada

Estando localizados entre os 36° e os 43° de latitude Norte e os 25° e os 31° de longitude Oeste, os Açores, neles se encontra o ponto mais ocidental da Europa. Tal localização confere a este Arquipélago uma importância estratégica que nunca é demais realçar.

Por se tratar de uma região ultraperiférica, a sua manutenção e fomento da sua economia exige um grande esforço, tanto em meios humanos como materiais, com consequentes investimentos financeiros (prevê-se que no período de 2007 a 2010 ascenda a 25% do investimento total) pelo que muitas vezes os Açores são olhados como um sorvedouro de subsídios estatais e europeus. Essa atitude é uma mera visão enquistada da verdadeira realidade.

A zona económica exclusiva actualmente virada para as pescas, mas que deve ter em conta eventuais descobertas de outras riquezas submarinas porventura existentes, é o principal factor a ter em consideração.

A variedade de vida marinha, a sua riqueza em variedades botânicas, a sua vulcanologia activa e o facto de possuir a maior hidrópole em termos de tipos de águas minerais e termais, fazem dos Açores um importante laboratório natural.

Por estarem entre a Europa e o continente americano, os Açores são o ponto de apoio natural nas ligações marítimas e aéreas, não tanto como escala, dada a autonomia dos transportes actuais, mas como garantia de segurança e apoio em eventuais casos de emergência.

O facto de termos autonomia administrativa e política permite-nos actuar de forma eficaz no sentido de conseguir um maior desenvolvimento equilibrado do Arquipélago nos sectores de maior interesse para a Região. Assim a responsabilidade do poder regional é bastante acrescida. Há sectores que não devem nem podem ser descurados: o turismo, tendo em conta a atracção mística das ilhas, o serem passagem de cardumes (nomeadamente os grandes cetáceos) e de diversas aves migratórias; a pecuária, dado ser possível aproveitar a barreira natural do mar para evitar a infecção por determinadas epidemias como a peste suína, a brucelose e a BSE, garantindo produtos de qualidade garantida e com mercado assegurado; actividades desportivas como o mergulho e passeios pedestres ou equestres.

A Europa tem obrigação de manter e investir nos Açores na medida em que eles são para ela uma mais-valia, mas os açorianos também poder e têm o dever de contribuir para o seu próprio e consequente engrandecimento da Europa da qual são parte integrante.

A Estratégia da Mudança

Mariana Cruz

Rita Oliveira

Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo

O grave problema da poluição ambiental de que hoje tanto ouvimos falar, teve a sua origem na Revolução Industrial que se iniciou nos finais do século XVIII e marca um período de arranque de grandes transformações económicas e sociais. Desde então, as ferramentas foram substituídas pelas máquinas, a energia humana pela energia motriz e o modo de produção doméstico pelo sistema fabril. A partir desse momento, o progresso tecnológico foi exorbitante.

Este processo de industrialização, encetado a partir da Revolução Industrial, associado ao aumento explosivo da população mundial, provocou um conjunto de consequências sobre o equilíbrio ambiental, fazendo aumentar o consumo dos recursos disponíveis e os níveis de poluição.

De facto, a rápida evolução das novas tecnologias entusiasmou todos os que se depararam com o “mundo do fantástico”. Este entusiasmo levou, então, a um consumo irracional de todos os recursos e a uma utilização desmedida de produtos (cujo uso só foi possível através das novas tecnologias), que levou à degradação e poluição do meio ambiente. A actividade humana está a provocar alterações na atmosfera a um ritmo sem precedentes em consequência do aumento da poluição. Essas alterações estão a pôr em risco o equilíbrio bioclimático do planeta.

Parece que um dos principais problemas é a excessiva utilização de recursos não renováveis para a produção de energia, isto, porque constitui um duplo problema, pois para além de ser responsável por grande parte da poluição atmosférica, torna escassos os recursos não passíveis de renovação.

A União Europeia tem feito esforços na tentativa de minimizar este problema. A Constituição Europeia inscreve o princípio do desenvolvimento sustentável no coração do projecto europeu, consagrando como direito fundamental a obrigação de integrar a dimensão ambiental em todas as políticas europeias. Este princípio tem como objectivo «responder às necessidades das gerações actuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras».

Contudo, parece imprescindível que a União Europeia tome medidas mais específicas, nomeadamente quanto à produção de energia eléctrica através de recursos renováveis.

A utilização de energias renováveis tem inúmeras vantagens. Apesar de os investimentos para a sua aplicação serem elevados, estes justificam-se, porque se trata de um investimento a longo prazo. Também, em termos económicos, seria benéfico para a Europa, porque se tornaria muito mais independente, por não necessitar de importar fontes de energia. Estudos realizados pela Agência Europeia de Ambiente enunciam que a União Europeia não vai conseguir atingir os objectivos estabelecidos para a produção de energia através de fontes renováveis, se se mantiverem os actuais níveis de financiamento. Se a Europa pretende reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, para travar o aquecimento global do planeta, tem necessariamente de aumentar os níveis de financiamento às energias renováveis. Se fizermos um estudo comparativo, reparamos que a União Europeia financia muito mais energias como o petróleo e o gás natural do que as energias renováveis.

É necessário que se criem instrumentos adequados, para que em cada Estado, os produtores de energia tenham capacidade de corresponder ao desafio da mudança. É

fundamental que se estabeleçam metas precisas para concretizar os objectivos no seio da UE, e esta constitui a principal dificuldade.

Tendo em conta as razões supracitadas, considera-se que a União Europeia deveria criar um fundo europeu para financiar cada Estado Membro relativamente à utilização de energias renováveis. Assim, cada Estado membro teria capacidades financeiras para estabelecer benefícios para os utilizadores deste tipo de energia.

Perante este cenário, resolver-se-ia o problema da escassez dos recursos não renováveis, do défice da balança comercial da União Europeia, do efeito de estufa, da poluição atmosférica e consequentemente da saúde da população mundial.

A Educação - Pilar para o Futuro da UE

Mariana Pereira

Escola Secundária de Francisco Rodrigues Lobo, Leiria

A Educação é a principal base da formação pessoal de todo o cidadão, tal como da sua aptidão para exercer uma profissão e assim, contribuir para o desenvolvimento político, social e económico do seu país e do meio onde se encontra inserido. Constitui também o suporte para todo e qualquer indivíduo saber usufruir do poder democrático que lhe é conferido, em toda a sua plenitude, sendo este interpretado como uma via para a igualdade, facilidade de integração em diferentes meios e para uma diminuição das assimetrias entre Estados-membros. Assim sendo, a Educação revela-se uma pedra fundamental para o cumprimento dos objectivos que justificam e suportam a essência da União Europeia e deste modo, não devem ser poupados esforços relativamente a uma crescente melhoria e uniformização dos sistemas educativos europeus.

Há uma necessidade de apostar numa formação completa e sólida, que passa em muito pela qualidade das disciplinas fundamentais, tais como: O cálculo matemático, Língua Materna, TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), Língua Estrangeira (o Inglês, na maioria dos casos) e Conhecimento do Meio Social, Natural e Cultural.

Daqui partimos para a questão – Será a homogeneidade do tempo de ensino obrigatório um sinónimo de iguais competências adquiridas? Verifica-se uma uniformização do tempo de escolaridade obrigatória nos países europeus, que ronda os 10 anos de ensino, no entanto, durante este período existem diferentes calendários, métodos, prioridades e planos de estudo, que constituem, inevitavelmente, uma diferença nas competências adquiridas. Numa União que procura desde sempre a harmonia, coesão e livre circulação dentro do espaço comunitário, revela-se absolutamente necessária uma uniformização dos sistemas educativos dos Estados-Membros. Uniformização esta que passe, antes de tudo, pela equivalência de competências em qualquer Estado-Membro, em qualquer fase da escolaridade. É de realçar que esta uniformização vai facilitar não só a integração de qualquer jovem ou criança (dos 5 aos 18 anos) que circule dentro do espaço comunitário, como também a fácil adaptação dos cidadãos a qualquer um dos Estados-Membros, independentemente da duração da sua permanência, conferindo-lhe a facilidade a comunicar, dar continuidade aos seus estudos, exercer uma profissão e participar activamente na vida política e social. Surge aqui, a necessidade de criar um plano de estudos relativamente uniforme, que contenha as disciplinas fundamentais, acima referidas, bastante direccionadas para um ensino comum, mantendo no entanto, sempre presente a identidade nacional, não só através do estudo da Língua Materna, como também no domínio do Conhecimento do Meio Social, Natural e Cultural. É também importante que a História da União Europeia seja sempre incluída no plano de estudos, visando a aprendizagem do porquê da sua existência, dos progressos e avanços conseguidos, dos direitos e deveres de qualquer cidadão, etc. O ensino desta terá que ter, porém, sempre presente uma visão futurista e aberta, dotando os alunos capacidades para, no futuro, fazer face aos desafios históricos com que a Europa todos os dias se depara.

Notando que uma formação realmente completa é cada vez mais importante, os intercâmbios de estudantes têm aqui um papel muito importante. Também estes podem ser uma via prioritária de aproximação dos sistemas educativos europeus. Neste campo destacam-se os Planos Comenius (desde o ensino pré-escolar e primário ao secundário) e Erasmus (destinado ao ensino superior), que devem ser divulgados, dinamizados e apoiados pelas escolas.

Analisando os diferentes graus da escolaridade: Pré-Escolar, Primário, Básico, Secundário e Superior, é visível uma especialização desde o início da vida escolar, visto que os primeiros anos são considerados cada vez mais importantes, não só no futuro percurso escolar e profissional como na própria formação pessoal do indivíduo. Assumindo esta importância, o

ensino pré-escolar e primário deverão ser encaminhados sempre no sentido de dar sólidas bases primárias para todo o percurso escolar e ajudar

na definição da personalidade do indivíduo. Os países da UE no geral têm tido uma preocupação crescente com estes graus de ensino, reconhecendo a sua importância.

Relativamente ao ensino superior, o mais polémico dentro do espaço comunitário, é um desafio ainda permanente para que a UE se torne um espaço cada vez mais aberto e com

um maior leque de oportunidades para os estudantes universitários, desafio este bem suportado com o “Processo de Bolonha”, que pretende criar um Espaço Europeu de Ensino Superior até 2010. Este espaço é positivo, não só no sentido em que alarga os horizontes e possibilidades para os estudantes universitários, como numa perspectiva sócio-económica se revela propício a uma melhor exploração dos recursos da UE, melhor rendimento do indivíduo, desenvolvimento dos Estados-Membros em questão, etc. A realidade do ensino superior dentro da União Europeia modificou-se, é um facto. Agora que existem condições para tal, é necessário os estudantes aperceberem-se de que há em cada área uma rede de possibilidades de formação que está agora alargada e que vai, certamente, conduzir a diferentes percursos profissionais, o desafio vai consistir em tirar o maior partido destes em benefício dos Estados-Membros e, conseqüentemente, da União Europeia.

É também fruto de uma Educação completa e sólida, uma nova geração capaz de responder eficazmente à crescente necessidade de preservar e proteger os recursos naturais e trabalhar para o progresso visando sempre a sustentabilidade. A Educação revela-se aqui, mais uma vez, a principal via para a concretização dos objectivos da UE, neste caso o objectivo de um Desenvolvimento Sustentável a longo prazo.

A Educação se seguir um modelo de gestão adequado pode ser, em qualquer meio, o factor de maior influência na população, transmissora de valores e conhecimentos, formadora de personalidades e opiniões, é esta que vai garantir tudo aquilo para que a União Europeia trabalha: a paz, um desenvolvimento sustentável, aproveitamento das potencialidades económicas, a extinção de preconceitos raciais ou de qualquer outro tipo e o exercício pleno da cidadania por todos os indivíduos.

“Isto supõe que se ultrapasse a visão puramente instrumental da educação, considerada como a via obrigatória para obter certos resultados (saber fazer, aquisição de capacidades diversas, fins de ordens económicas), e se passe a considerá-la em toda sua plenitude: realização da pessoa que, na sua totalidade aprende a ser.”

Jacques Delors, “Os Quatro Pilares da Educação”

Bibliografia

“O Portal da Europa” - <http://europa.eu/>

“Educare” - www.educare.pt

Jornal Público - 13/Jan/2004

“Education for Democratic Citizenship and Human Rights” - www.coe.int

“The European Education Directory” - www.euroeducation.net

“Os Quatro Pilares da Educação”, Jacques Delors

A Globalização Sustentável no Plano Social

Rómulo Alves

Escola Secundária Sá da Bandeira, Santarém

O crescimento da União Europeia, no que concerne aos alargamentos, atingiu um ritmo inexorável de tal modo que a sua hipotética travagem é passível de se repercutir num conjunto de consequências incomensuravelmente nefastas para a economia europeia.

Deste modo, torna-se imperativa a redefinição dos limites da UE e a consciencialização de que, nesta aldeia global em constante mutação, a União Europeia será evocada para assegurar a paz e a estabilidade além-fronteiras, pois, quanto mais sólida se vai tornando, maior o leque de responsabilidades que possui.

Assim, torna-se imperativo focar uma prioridade da actividade económico-social da União Europeia na actualidade, de modo a que consiga proceder a uma acção futura de relevo internacional que renove o “sonho europeu” de cooperação, justiça e paz social, 50 anos depois: a globalização sustentável no plano social.

A União Europeia tendo vindo a fomentar o processo de integração gradual das sociedades segundo uma lógica de progresso e abertura, baseada nos benefícios inerentes às novas TIC e que se expande no seio das relações económicas e das políticas nacionais e internacionais decorrentes da interacção global dos agentes económicos inseridos nesta perspectiva de globalização, e deverá continuar a proceder a acções que possibilitem uma repartição equitativa dos benefícios deste fenómeno pelos diferentes agentes económicos europeus, sem descurar o relacionamento de inter/intra-cooperação externa, numa perspectiva UE – Resto do Mundo.

Desta forma, a UE conseguirá reforçar as relações socio-económicas no que concerne: à maior interdependência nas relações económicas – o comércio, o investimento, as finanças e a organização da produção em escala global; à complexa interacção social e política entre empresas, instituições (financeiras ou outras), Estado e famílias de todo o globo, debruçando-se sobre os agentes económicos europeus.

A UE possui a chave para o incremento do conceito de aldeia global no seio das empresas e das famílias de cidadania europeia, possibilitando uma (r)evolução a nível dum futuro comércio internacional de preponderância europeia, que permitirá, numa perspectiva agregada, o crescimento económico, o desenvolvimento sustentável e a promoção a longo prazo de uma comunidade global aberta e democrática que beneficie todos.

Porém, o desenvolvimento sustentável no contexto da globalização assume-se como uma temática complexa e desigual no que concerne à equidade geopolítica da repartição dos seus benefícios aquando do impacto insuficiente do desenvolvimento das novas TIC nos países do Terceiro Mundo, numa proporção antagónica à verificada nos países desenvolvidos, que se traduz no requisito primário de garantir à população mundial um desenvolvimento social que acompanhe o desejo global de paz, justiça e desenvolvimento social. De modo a alterar a actual e supramencionada concepção prática de globalização sustentável no plano social, a UE torna-se incumbida de desenvolver esforços no campo social da globalização, invocando uma evolução uniforme entre os progressos económicos e sociais da globalização. É no entanto de referir os actuais esforços da UE neste âmbito, que se relacionam sobretudo com a contextualização das suas políticas externas no seio das necessidades inerentes ao comércio internacional e ao desenvolvimento, à cooperação para o desenvolvimento centrada na pobreza, às normas fundamentais do trabalho, da responsabilidade social das empresas, do ambiente, do desenvolvimento sustentável, e ainda do Estado de Direito, dos direitos humanos e da democratização.

Assim, a acção da UE ganha relevância: por um lado, através da integração destes elementos nos acordos efectuados com países e regiões de dentro e fora da UE; por outro, através do Sistema de Preferências Generalizadas, que beneficia os países em vias de desenvolvimento que

cumprem e respeitam as regras básicas de trabalho, através da promoção da sua integração no mercado europeu; pela aposta nos processos de integração regionais que são passíveis de possibilitar uma integração europeia na economia mundial promotora da maximização dos benefícios decorrentes da globalização; e, ainda, pela política europeia de vizinhança, que fomenta uma relação de cooperação com os países vizinhos a Leste e a Sul que ainda não aderiram à UE, que visa a constituição de uma zona de estabilidade e de prosperidade.

Contudo, é fulcral voltar a salientar que as acções da UE destinadas ao Terceiro Mundo não encobrem a responsabilidade deste no que concerne aos processos de gestão da globalização e do seu próprio desenvolvimento interno, assegurando apenas que os seus parceiros comerciais em desenvolvimento participem no sistema, ajudando-os sempre que necessário, sobretudo aos mais pobres, para os quais os benefícios da globalização são ainda imperceptíveis.

Neste ponto da nossa análise, torna-se fundamental explicar quais as razões teóricas que levam a este ideal de União Europeia enquanto centro promotor da globalização sustentável no plano social que, por sua vez, se consolida como sustentáculo da expansão do comércio internacional e, como foi supra-referido, da cooperação e desenvolvimento internacional, da luta contra a pobreza e da reorientação das políticas relacionadas com a imigração ilegal, discriminação e luta contra a xenofobia.

Relativamente aos benefícios da globalização no seio do comércio internacional, resta salientar que este pode por um lado, permitir auferir rendimentos que podem constituir-se como fontes de financiamento externo, de modo a auxiliar os países do Terceiro Mundo e, por outro permitir à UE proporcionar aos seus cidadãos uma melhor qualidade de vida numa perspectiva também sustentável.

Sendo a UE a maior potência comercial mundial da actualidade, é detentora do maior interesse no que diz respeito à criação de condições para a expansão das trocas comerciais. Todavia, esta posição incumbe a UE de responsabilidades para com o resto do mundo, razão pela qual assume um papel de destaque nas negociações comerciais internacionais, procurando impor um modelo de comércio justo e controlar o processo de globalização através da OMC.

O processo de globalização não se limita às questões de solidariedade social sustentável e àquelas que se relacionam com o comércio internacional propriamente dito. De facto, o desenvolvimento sustentável da UE a par com o processo de globalização, deve também fomentar a diminuição do desemprego e o incremento da competitividade económica, melhorando simultaneamente o bem-estar social. Um dos factores essenciais para atingir este objectivo e, tendo em conta a feroz concorrência da China e da Índia, é o investimento da União Europeia nas tecnologias topo de gama e em processos de I&D, que possibilitem a fortificação do mercado europeu, tornando-o mais competitivo face à concorrência que também beneficia com a globalização. Desta luta de competitividade decorrente do jogo da “globalização”, definir-se-ão quem beneficiará com ela e quem perderá. De facto, a ilusão da globalização enquanto antro de benefícios para todos não transcende essa mesma condição, pois “não há almoços grátis”. Assim, um dos espinhos com que a UE terá que lidar será a imigração e, conseqüentemente, as questões relacionadas com a diversidade e a xenofobia: a UE deverá coadunar a sua política de imigração com os critérios demográficos do envelhecimento populacional, taxas de fecundidade e natalidade e grau de escassez de mão-de-obra dentro das suas fronteiras.

A finalizar direi que a União Europeia está politicamente empenhada na dimensão social da globalização sustentável, devendo apostar: em fundos estruturais que deverão servir para realizar da melhor forma as reestruturações económicas e sociais; na promoção da integração da dimensão social da EU; na programação e na aplicação dos seus diferentes programas e projectos nas regiões e nos países terceiros de forma a poder avaliar da melhor forma as conseqüências sociais da globalização, orientar as suas actividades de ajuda externa e lidar com os seus próprios “espinhos”.

www.ieei.pt